

STF mantém emendas suspensas; Lira reage e avança ofensiva à corte



do ministro Flávio Dino, do STF, participa de audiência na Primeira Turma do STF. Gabriela Bilo - 17/ago/24/Folhapress

Supremo decide contrariar Congresso sobre emendas e vira alvo de retaliação

Por unanimidade, ministros mantêm suspensão determinada por Dino, e Câmara deflagra ofensiva com propostas que miram o STF

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta sexta-feira (16), de forma unânime, pela manutenção da decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu a execução de emendas parlamentares impositivas até que deputados e senadores deem mais transparência aos repasses.

O tema é fonte de crise entre os Poderes, e a reação do Congresso já ocorreu no mesmo dia. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu encaminhamento a duas PECs (propostas de emenda à Constituição) que miram atuação da corte.

Uma delas limita as decisões individuais de ministros do STF — texto já aprovado no Senado e que estava parado na Câmara. A outra PEC permite que as decisões do Supremo possam ser derrubadas pelo Congresso Nacional.

A iniciativa foi interpretada por aliados do alagoano como uma retaliação à decisão do STF — que votou o tema por meio de sessão virtual.

No início da madrugada, o ministro André Mendonça votou acompanhando o relator. Depois, Edson Fachin, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso votaram no mesmo sentido.

Kassio Nunes Marques também votou com Dino, mas fez uma ressalva e se manifestou contra a redução da margem de discricionariedade na definição das políticas públicas pelos parlamentares.

As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso, porém, é atender seus reeditados eleitorais, e não as localidades de maior demanda.

As emendas impositivas são as de bancadas, individuais com finalidade definida e as de transferência especial, conhecidas como "emendas Pix".

Dino votou para que a suspensão das emendas durem até que o Congresso Nacional edite novas regras de liberação dos recursos de forma transparente e rastreável. A decisão ressalva apenas recursos destinados a obras já iniciadas e em andamento, ou ações para atendimento de calamidade pública.

Em seu voto, o ministro ressaltou que o tema é alvo de ne-

gociações. Segundo ele, após um eventual acordo, a decisão pode ser reavaliada.

Quando deu a decisão individual, agora confirmada pelo plenário do STF, Dino chamou de "grave anomalia" ter um sistema presidencialista, oriundo do voto popular, "convivendo com a figura de congressistas que ordenam despesas discricionárias como se autoridades administrativas fossem".

Dino argumentou que "o equívoco do desenho prático das emendas impositivas gerou a 'parlamentarização' das despesas públicas", sem um sistema de responsabilidade política e administrativa. "Não é compatível com a Constituição Federal a execução de emendas ao Orçamento que não obedecem a critérios técnicos de eficiência, transparência e rastreabilidade", afirmou. A decisão foi tomada em uma ação proposta pelo PSOL.

No início de agosto, Dino havia determinado que o governo só execute gastos de emendas de comissão que tenham prévia e total rastreabilidade. A regra também vale para os restos a pagar das emendas de relator, ou seja, gastos que ainda não foram executados desde o fim de 2022.

Essa decisão também foi levada nesta sexta para ser referendada pelos demais integrantes do Supremo.

Na quinta, Lira e Pacheco apresentaram, em conjunto com partidos, um recurso solicitando a suspensão da liminar no STF e pedindo a suspensão de outras decisões de Dino que tratavam do tema.

Na manhã desta sexta, em paralelo, Barroso rejeitou o recurso. Na negativa, afirmou que as intervenções da presidência do STF devem ser "excepcionabilíssimas" e que o voto de Dino sinaliza a construção de uma solução consensual.

"Não há conflito [com o Congresso]", disse Barroso nesta sexta. "Há divergência como é próprio da democracia e nós vamos administrá-la da maneira mais civilizada possível".

Foi Barroso quem decidiu pela realização do julgamento virtual desse tema diante do que entendeu como excepcionalidade do caso. Ele atendeu a uma solicitação de Dino. Os julgamentos no plenário virtual são assíncronos, ou seja, não são uma reunião online com a presença de todos os ministros ao mesmo tempo.

EMENDAS PODEM VICIAR CONGRESSO, DIZ LULA

O presidente Lula (PT) criticou nesta sexta-feira (16) o controle do Congresso sobre o orçamento, acrescentando que os altos valores das emendas parlamentares podem "tornar a pessoa viciada". Lula afirmou que é a favor do mecanismo, mas ponderou que as emendas não podem ser secretas e que o atual momento é uma oportunidade para negociar e encontrar uma solução.

"Se o cidadão tem o direito de ter uma emenda de R\$ 30 milhões, de R\$ 40 milhões, de R\$ 50 milhões, diz que tem comissão, que o presidente da comissão tem direito a R\$ 30 milhões, R\$ 40 milhões. Isso pode tornar a pessoa viciada e não quer abrir mão disso", afirmou. Lula concedeu entrevista para a Rádio Gaúcha. O mandatário também culpou o que chamou de "desgovernança" do seu antecessor Jair Bolsonaro (PL), que abriu mão da execução do orçamento, deixando a função para o Congresso Nacional.

No início deste mês, o governo Lula (PT) suspendeu o pagamento das emendas de comissão e dos restos a pagar das emendas de relator para cumprir decisões do ministro.

Na semana seguinte, Dino exigiu ao governo e ao Congresso informações sobre as indicações de emendas de comissão. A medida ocorreu após o Legislativo afirmar ao STF que não conseguiria identificar os deputados e senadores autores dos pedidos originais dessas emendas.

Na ocasião, o ministro determinou ao Executivo, por meio de consulta da AGU (Advocacia-Geral da União) aos ministros de Estado, que encaminhassem todos os ofícios relativos a indicações ou "priorização pelos autores" de RPB (emendas de comissão). Ele também pediu informações sobre a destinação de recursos das emendas neste ano.

Em 8 de agosto, Dino autorizou a continuidade da execução das "emendas Pix" para obras em andamento e para casos de calamidade pública, desde que seja adotado um sistema de transparência.

Essa decisão também foi levada ao plenário virtual. Assim como nas outras foi aprovada pela corte.

Na Câmara, a previsão é de que a retaliação ao STF prospere. A presidente da OJ, Caroline de Toni (PL-SC), afirmou que a PEC sobre as decisões monocráticas já aprovada no Senado é um dos principais pleitos da oposição e que dará a "ceteridade devida" à matéria no colegiado.

A cúpula do Congresso avalia que há interferência de representantes do governo Lula nas decisões de Dino e prepara um pacote de medidas mirando o Supremo e o Executivo.

Ex-ministro do STF e agora responsável pela pasta da Justiça e Segurança Pública do governo Lula, Ricardo Lewandowski, disse também na sexta que as instituições brasileiras vão chegar a "um bom termo" sobre as emendas parlamentares. Ele relativizou o conflito entre as instituições: "São conflitos artificiais. O Executivo, o Judiciário e o Legislativo dialogam", disse a uma plateia de empresários no Rio de Janeiro, durante o 23º Fórum Empresarial Lide.

Colaboração: Sefirine Rigmanti, que viajou ao Rio a convite do Lide. **Constança Rezende, José Marques, Ana Pompeu e Victória Azevedo**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4